

# PROJETO AFETO FAMP – SAÚDE MENTAL E HIV/ISTs/AIDS

*Affection o famp project – mental health and HIV/STIs/Aids*

Karen Lúcia Abreu Rodrigues<sup>1\*</sup>



## RESUMO

O presente relato de experiência visa apresentar a o projeto realizado e seus resultados, ocorrido no primeiro semestre do ano de 2021, entre os meses de maio e junho. Tratou-se de projeto de extensão multidisciplinar, em que 61 alunos da instituição se inscreveram e participaram das etapas de realização do mesmo. Foram propostas 3 linhas principais de ação – palestras multidisciplinares sobre HIV/ISTs/Aids e suas implicações; a criação de uma conta no Instagram para postagens sobre o projeto e informações acerca do tema; e a produção de um material informativo com as principais informações sobre HIV/ISTs/Aids, em linguagem simples e para veiculação entre a comunidade acadêmica e externa. O projeto teve como objetivos promover a abordagem do tema HIV/ISTs/Aids de forma clara e científica, trabalhar o assunto de forma inter e multidisciplinar, promover a conscientização a respeito dos preconceitos e estigmas que ainda giram em torno do tema e chamar a atenção da comunidade para a importância do cuidado com a saúde mental do usuário de saúde e seu entorno social, familiares, amigos e relacionamentos. Por meio das ações propostas e participação ativa dos envolvidos, considera-se que o PROJETO AFETO FAMP – Saúde Mental e HIV/ISTs/Aids foi frutífero em seu desenvolvimento, com produção de material científico e contribuições à comunidade, em termos de discussão de tema tão pertinente e – ainda – tabu.

**Palavras-chave:** HIV/ISTs/Aids; Extensão; Preconceito.

---

## ABSTRACT

This experience report aims to present the project carried out and its results, which took place in the first half of 2021, between May and June. It was a multidisciplinary extension project, in which 61 students from the institution enrolled and participated in the stages of implementation. Three main lines of action were proposed – multidisciplinary lectures on HIV/STIs/Aids and their implications; the creation of an Instagram account for posts about the project and information about the topic; and the production of informative material with the main information about HIV/STIs/AIDS, in simple language and for dissemination to the academic and external community. The project aimed to promote a clear and scientific approach to the topic of HIV/STIs/AIDS, to work on the subject in an inter and multidisciplinary way, to promote awareness of the prejudices and stigmas that still surround the topic and to draw attention from the community to the importance of caring for the mental health of the health user and their social environment, family, friends and relationships. Through the proposed actions and the active participation of those involved, it is considered that the AFETO FAMP PROJECT – Mental Health and HIV/STIs/AIDS was fruitful in its development, with the production of scientific material and contributions to the community, in terms of topic discussion so pertinent and – still – taboo..

**Keywords:** HIV/STIs/Aids; Extension; Prejudice.

---

<sup>1</sup> Docente do curso de Psicologia da Faculdade Morgana Potrich – FAMP, Mineiros - GO

\*Autor para Correspondência: karenlucia@fampfaculdade.com.br



## INTRODUÇÃO

É relevante apontar que, enquanto política pública, o programa brasileiro de ISTs/HIV/aids tornou-se referência mundial, para o qual destacamos dois aspectos determinantes: 1) a existência de um sistema de saúde público universal e, 2) o diálogo com os movimentos sociais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

A utilização da sigla IST se justifica por uma consonância com os diálogos mais recentes com movimentos sociais acerca dos direitos das pessoas vivendo com ISTs, HIV e Aids, o Ministério da Saúde<sup>2</sup> modificou a terminologia DST para IST. Tal mudança buscou enfatizar o diagnóstico e o tratamento adequados — e a possibilidade de cura — que possuem hoje as infecções, afastando o estigma na antiga caracterização das Doenças Sexualmente Transmissíveis, levando também em conta a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são as infecções causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. São transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual, oral, vaginal ou anal, sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação, caso da transmissão vertical. O tratamento das pessoas com IST melhora a qualidade de vida e interrompe a cadeia de transmissão dessas infecções. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Das diversas ISTs, tem merecido atenção especial a infecção pelo HIV, pela complexidade envolvida na assistência e na prevenção. O HIV é a designação corrente no Brasil originária do termo e inglês, *Human Immunodeficiency Virus*. Importante denotar que viver com o HIV não é a mesma coisa que ter Aids. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020)

Há muitas pessoas com condição sorológica positiva para o HIV que vivem anos sem apresentar sintomas e se desenvolver a doença. Mas, quando não se tomam as devidas medidas de prevenção, podem transmitir o vírus a outras pessoas pelas relações sexuais desprotegidas, pelo compartilhamento de seringa contaminadas, ou de mãe para filho durante a gravidez e amamentação. Há formas de diagnóstico e tratamentos com terapia antirretroviral (TARV), mas é uma doença crônica, atualmente sem cura, e que exige cuidados de prevenção contra reinfecção. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Além das dificuldades impostas pelo vírus no aspecto biológico, a vivência com o vírus pode se tornar muito estressante em uma sociedade onde há preconceito e

conhecimento limitado sobre o HIV/AIDS. O cuidado com a saúde mental do indivíduo torna-se, assim, ainda mais necessário.

A configuração atual da infecção pelo HIV demonstra um perfil de heterossexualização, feminilização, pauperização e interiorização da epidemia, associados intimamente com a profunda desigualdade social brasileira<sup>3</sup>. Apesar da magnitude da infecção no cenário nacional, observa-se a diminuição na taxa de detecção de AIDS – de 21,7/100.000 em 2012 para 17,8/100.000 em 2018 – a partir da orientação de tratamento precoce para todos infectados, independente da carga viral (BRASIL, 2019).

Decorrido um período superior a 30 anos da descoberta do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) ainda é considerada uma pandemia. A aids tem como seu agente etiológico o vírus HIV, retrovírus da subfamília Lentivirinae que possui uma fita de RNA como seu material genético. O alvo do HIV durante a infecção são os linfócitos T CD4+. Os linfócitos T são células de defesa que agem memorizando, reconhecendo e destruindo os agentes patógenos que adentram no organismo. O HIV altera a função dos linfócitos T, tornando o corpo mais vulnerável às infecções oportunistas e cânceres, provocando disfunção imunológica crônica e progressiva pelo declínio das moléculas CD4 das células T. Quanto menores forem os níveis, maior será o risco de desenvolver aids. (REIS, 2007; NUNES JÚNIOR SS, 2018)

O HIV é transmitido basicamente por relações sexuais, via sanguínea e perinatal. A infecção viral apresenta quatro estágios: incubação, infecção aguda, latência e aids. Trata-se de doença crônica, com evolução lenta. (FELIX, 2012)

A infecção é dividida em quatro períodos clínicos. O período inicial se caracteriza pela síndrome retroviral aguda, na qual ocorre uma queda súbita da contagem de linfócitos T CD4+ e níveis elevados de carga viral plasmática. Logo após isso, a quantidade de linfócitos T CD4+ volta a aumentar, porém na maioria das pessoas infectadas, estes números não retornam aos níveis pré-infecção, constituindo o segundo período ou fase assintomática da doença, que também é conhecido como período de latência clínica. O terceiro estágio é apresentado como a fase sintomática precoce, na qual começam as primeiras ocorrências das manifestações clínicas como: adenite tuberculosa, candidíase oral e vaginal, sinusopatias e sudorese noturna entre outros. Essas manifestações clínicas ocorrem mais frequentemente nos indivíduos que estão na fase inicial da imunodeficiência, entretanto podem acontecer em pacientes imunocompetentes. O último período é chamado de fase sintomática, sendo

caracterizado por uma contagem de linfócitos T-CD4+ inferior a 200 células/mm<sup>3</sup> e pelo surgimento das doenças oportunistas, definindo dessa forma o diagnóstico completo de aids. (SILVA, 2009).

Estudos sobre HIV/AIDS revestem-se de significados pelas consequências e impactos mundiais da infecção, nos níveis político, econômico e social. Desde o início da epidemia até o fim de 2018, 74,9 milhões de pessoas foram infectadas pelo HIV e estima-se que 37,9 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo. No Brasil, desde os primeiros casos até junho de 2019 foram registrados 966.058 casos, sendo 43.941 novos casos de infecção pelo HIV apenas em 2018, mantendo a média de 39.000 novos casos nos últimos cinco anos. (BRASIL, 2019).

No percurso de desenvolvimento da epidemia, as pessoas vivendo com HIV/aids (PVHIVs) desse período estiveram identificadas no imaginário social e nos meios de comunicação com variados grupos já estigmatizados, como homossexuais, travestis, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis. Nesse período também, as campanhas governamentais produzidas reforçaram a deterioração da imagem das pessoas vivendo com HIV/aids até o início dos anos 1990, com conteúdo discriminatórios e alarmistas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Dentre as diversas ISTs, algumas são de notificação compulsória, o que permite ter uma visão global do acometimento de saúde e planejar ações e políticas específicas. A infecção pelo HIV, aids, hepatites virais e sífilis fazem parte da Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças (Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016), o que permite a coleta de dados sobre a ocorrência destas passando a compor as ações de vigilância epidemiológica. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

A notificação compulsória de infecções permite uma compreensão e mapeamento de como determinadas infecções estão acontecendo na sociedade. É uma forma que possibilita a criação de políticas públicas de prevenção, de qualificação de profissionais, da assistência e da oferta de insumos. Os dados provenientes da notificação permitem também ajustes dessa política às demandas e condições territoriais das diversas regiões do Brasil. Por tudo isso, as notificações compulsórias são importantes, no entanto, é do Estado a competência para determinar qual infecção é de notificação compulsória e de transformá-lo em dados orientadores das políticas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Alguns marcos referentes às políticas públicas de cuidado e proteção ao usuário de saúde com diagnóstico de HIV são: em 2001 a aprovação da Lei 10.205, que

regulamenta a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados e proíbe o comércio destes materiais no Brasil; o país acumula 220 mil casos da doença; em 2002 a criação do fundo global para o combate a Aids, tuberculose e malária; em 2003, o Programa Brasileiro de DST/Aids recebe prêmio de US\$ 1 milhão da Fundação Bill & Melinda Gates; em 2004, mais de 360 mil casos de aids são registrados no país, e o Dia Mundial de luta contra a aids aborda a feminização da epidemia; em 2005 o tema do Dia Mundial de Luta Contra a Aids no Brasil aborda o racismo como fator de vulnerabilidade para a população negra; em 2006 o Brasil acumula mais de 430 mil casos de Aids; em 2007, 20 anos após o isolamento do HIV-1 no Brasil, pesquisadores investigam novos alvos terapêuticos. (LACERDA et al, 2019).

Com relação ao sofrimento psíquico do indivíduo que convive com o diagnóstico positivo de HIV, considera-se que as diferentes formas de estigma e discriminação em relação à AIDS ocorrem devido às características da doença e manifestam-se causando grandes impactos na vida das pessoas, resultando na autoestigmatização, a partir da qual os indivíduos acabam por aceitar as crenças negativas da sociedade e se isolam do convívio social. É considerado o estigma mais difícil a ser superado. Por sua vez, os familiares e pessoas mais próximas dos doentes sofrem o chamado “coestigma”, em que acabam também por serem tachadas como doentes e são excluídos da sociedade (MOREIRA, 2016). Dessa forma, muitas vezes a sociedade e/ou a família não se tornam centros de apoio; pelo contrário, revelam-se espaços de estigmatização, discriminação e exclusão, dificultando os processos de recuperação e melhora do indivíduo. Nesse sentido, também se configura importante o acompanhamento terapêutico destes grupos sociais.

De acordo com a Lei nº 12.984, é crime a discriminação ao portador do HIV e o doente de AIDS, sendo um crime punível com até quatro anos de prisão e multa (BRASIL, 2014). A lei sancionada em 2014 busca a proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo a essa minoria a tutela de seus direitos, punindo com pena de 1(um) a 4 (quatro) anos algumas condutas tipificadas nesta norma contra os dos portadores de HIV e doentes de AIDS, dispendo em seu bojo condutas dolosas, distribuídas em 6 (seis) incisos, identificando como fato típico e punível qualquer uma das condutas preconceituosas e discriminatórias contra a vítima portador de HIV ou de doente da AIDS. Tem por objetivo, desse modo, apresentar mais uma forma de coibir tais práticas e puni-las criminalmente, afim de proteger esse grupo de minoria tão sofrido ao logo das décadas desde a descoberta do HIV/Aids.

O preconceito e a discriminação causam nos indivíduos sentimentos de baixa autoestima, depressão, desordens pós-traumáticas e estresse, afetando sua saúde mental devido aos insultos e à exclusão do meio social. Um estudo realizado na África do Sul e na China mostrou que pessoas que vivem com o HIV mostram sentimentos que direcionam a vontade de se suicidar (YI, 2015).

O preconceito contra homossexuais ainda está fortemente relacionado à AIDS, mesmo havendo a heterossexualização da doença na atualidade, mostrando que o conhecimento acerca do HIV é insuficiente. A falta de informações referente à maneira de contaminação e ao potencial de transmissibilidade do HIV faz com que as atitudes da população fiquem fixadas a mitos, crenças, emoções e discussões do cotidiano, deixando de lado o conhecimento científico, como mostrado no presente trabalho, no qual foi verificado que as pessoas associavam a homossexualidade com promiscuidade e maior risco de adquirir a AIDS. (GARBIN, 2017).

A formação do vínculo entre profissionais de saúde e cliente pode ser uma grande possibilidade para melhorar na qualidade dos serviços prestados na atenção à saúde. Para que esta melhoria aconteça, é necessário que o profissional de enfermagem entenda as noções de vínculo, e que exista responsabilidade tanto dele como da equipe multidisciplinar em relação ao cuidado total à saúde coletiva e individual. O vínculo propicia uma relação duradoura e de confiança entre prestadores de serviço e usuários e através do tempo, os laços criados ficam mais fortes e ambos começam a se conhecer melhor, facilitando o processo de tratamento e evitando consultas e internações desnecessárias (FERNANDES, 2015; SCHUELTER-TREVISOL, 2013).

O Dia Mundial de Luta contra a Aids foi criado durante Assembleia Mundial de Saúde, em outubro de 1987, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Brasil, a data passou a ser adotada a partir de 1988, após publicação de portaria assinada pelo Ministério da Saúde. Em outubro de 2017, foi aprovada pelo Senado Federal a Lei 13.504, que instituiu a Campanha Nacional de Prevenção ao HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis (o dezembro Vermelho). O laço vermelho, símbolo da campanha, é muito popular e reconhecido em todo o mundo. Foi escolhido devido a sua associação ao sangue e à ideia de paixão, afirma Frank Moore, do grupo Visual Aids, e inspirado no laço amarelo que honrava os soldados americanos na Guerra do Golfo. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020)

Para a Psicologia, é necessário o movimento do falar sobre a vivência com HIV, visto que desnudar tal cenário sob o olhar psicológico é abordar o assunto com afetividade, garantia de direitos e reconhecer o momento do luto e a hora

da ressignificação. A área reconhece a importância de sua participação efetiva nas instâncias de prevenção e conscientização, além da mobilização da sociedade civil organizada na participação de propostas e manutenção de políticas públicas para pessoas que vivem com HIV (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Diante do exposto, a justificativa para o projeto se baseou na importância do acompanhamento psicológico dos indivíduos diagnosticados com HIV/Aids, além da promoção de conscientização da sociedade a respeito dos mesmos; entende-se, dessa forma, que a promoção de saúde mental de qualidade torna-se parte do trabalho não somente dos profissionais da área da saúde, mas a questão também se insere em outras áreas como Educação e movimentos sociais, promovendo maior conhecimento a respeito de formas de prevenção e conscientização na sociedade como um todo.

## RELATO

As atividades do projeto consistiram em ações de cunho inter e multidisciplinar, no campo da prevenção, conscientização e atuação junto à comunidade acadêmica e externa, realizadas por profissionais das áreas da Saúde e Educação e acadêmicos da instituição. Por conta do momento pandêmico vivenciado, as ações aconteceram de forma remota, por meio de dispositivos de tecnologia, que permitam o máximo de engajamento do público-alvo pesquisado. Os acadêmicos inscritos no projeto foram divididos em 3 grupos, em que um ficou responsável pela seleção de palestrantes, outro ficou responsável por criar e gerenciar uma conta no Instagram destinada ao Projeto (@p.afetofamp), e a outro grupo foi passada a proposta da montagem de uma Cartilha Informativa.

As primeiras ações consistiram em 3 palestras informativas, em 3 sábados consecutivos, transmitidas pelo canal do Youtube da Faculdade Morgana Potrich – FAMP, entre os meses de maio e junho de 2021. As palestras tiveram a participação de profissionais das áreas da Nutrição, Psicologia, Enfermagem, Medicina, Direito, Biomedicina e Farmácia. Em cada sábado participaram 3 ou 4 profissionais, de acordo com a disponibilidade, em as palestras que abordaram temas como: métodos contraceptivos, diferenças entre HIV, Aids e demais ISTs; discussão e atualização em políticas públicas de Saúde; acompanhamento e acolhimento de usuários de saúde na prática cotidiana, envolvendo suporte pessoal e orientações; veiculação de informações destinadas à desestigmatização e derrubada de preconceitos na sociedade; ações voltadas à autoestima e valorização do usuário de saúde acometido

pelo vírus HIV; importância do acolhimento dos familiares do usuário de saúde acometido pelo vírus HIV; e discussões acerca dos desafios impostos à saúde de indivíduos que vivem com o vírus do HIV pelo Coronavírus.

Além das palestras, contínua e paralelamente, a conta criada era alimentada pelos acadêmicos, com informações a respeito de HIV/ISTs/Aids, sugestões de filmes/documentários, curiosidades, registros das palestras realizadas, entre outras informações relevantes à comunidade.

Para o fechamento do projeto foi, também, proposta a produção e distribuição de material virtual informativo a respeito da interlocução entre Saúde Mental e HIV/ISTs/Aids, realizada por meio de uma Cartilha Informativa.

## DISCUSSÃO

O projeto AFETO FAMP – Saúde Mental e HIV/ISTs/Aids teve como objetivos principais a veiculação de informações atualizadas a respeito dos temas centrais, assim como levar à comunidade acadêmica e externa um olhar multidisciplinar sobre as demandas propostas, visto que esta se configura uma questão de saúde pública e implica em diversas áreas da vida do indivíduo – saúde física, emocional e social.

Através da contribuição e participação dos acadêmicos inscritos, assim como da participação voluntária dos profissionais palestrantes, foi possível alcançar os objetivos propostos pelo projeto. Ao final deste, foi possível apontar as conexões necessárias entre Saúde Mental e HIV/Aids, nos âmbitos da prevenção até o tratamento, assim como os efeitos psicológicos e sociais causados nos indivíduos, por meio do trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional.

A conta no aplicativo Instagram contou com 18 postagens até o encerramento do projeto, registros múltiplos das ações e informações sobre o tema central. Após a dissolução dos grupos, a professora responsável pelo projeto manteve a conta.

Outros objetivos propostos consistiram em desmistificar representações sociais negativas a respeito da vida com HIV/Aids, e promover o desenvolvimento de campanhas de prevenção/conscientização nas comunidades. Ao final do projeto, a produção da Cartilha Informativa permitiu que tais informações fossem condensadas e veiculadas à comunidade acadêmica e externa, por meio de link de compartilhamento do material.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.
- Brasil. Lei n.º 12.984, de 2 de junho de 2014. Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. Diário Oficial União. 2014 Jun 3;Seção 1:3.
- BRASIL. Manual Técnico para Avaliação de Exames de Genotipagem. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 64 p.
- Cartilha HIV/Aids – PROJETO AFETO FAMP [https://drive.google.com/file/d/1aD39\\_EIUmT6KqQbATpZ-oaqfs1xUwr8l/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1aD39_EIUmT6KqQbATpZ-oaqfs1xUwr8l/view?usp=sharing)
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) nos Programas de IST/HIV/aids. 1 ed. rev. Brasília: CFP, 2020. 136p.
- Fernandes IA, Barbaglia J, Daniel KCS,; Mello SSP. Orientação a pessoa vivendo com HIV: o papel do enfermeiro na adesão ao tratamento e no desenvolvimento da prática do autocuidado. Revista Fafibe. Bebedouro. 2015; 8(1):359-70.
- Felix G,CeolimMF. O perfil da mulher portadora de HIV/Aidse sua adesão à terapêutica antirretroviral. Revista daEscola de Enfermagem daUSP.2012; 46(4):884-91.
- GARBIN et al. O estigma de usuários do sistema público de saúde brasileiro em relação a indivíduos HIV positivo. DST - J bras Doenças Sex Transm 2017;29(1):12-16 - ISSN: 0103-4065 - ISSN on-line: 2177-8264.
- LACERDA, Juliana Souza et al. Evolução medicamentosa do hiv no brasil desde o AZT até o coquetel disponibilizado pelo sistema único de saúde. ReBIS [Internet]. 2019; 1(4):83-91.
- Moreira V, Meneses AM, Andrade DB, Araújo MC. Fenomenologia do estigma em HIV/AIDS: “coestigma”. Mental. 2010;8(14):115-31.
- Reis AC,; Santos EM,; Cruz MM. A mortalidade por Aids no Brasil: um estudo exploratório de sua evolução temporal. Revista Epidemiologia em Serviços deSaúde.2007; 16(3):195-205.
- Silva ALCN,; Waidman AP; Marcon SS. Adesão e não-adesão à terapia anti-retroviral: as duas faces de uma mesma vivência. 2009; 4(2):19-28.
- Yi S, Chhoun P, Suong S, Thin K, Brody C, Tuot S. AIDS-Related stigma and mental disorders among people living with hiv: a cross sectional study in Cambodia. PLoS One. 2015;10(3):e0121461.